

“THE GIRL EFFECT”: O NOVO DESENVOLVIMENTISMO E SUAS IMPLICAÇÕES NA VIDA DE MENINAS DAS PERIFERIAS BRASILEIRAS.

Fernanda Marcela Torrentes Gomes¹

Resumo: Este artigo procura debater o fenômeno “The Girl Effect” ou “O Efeito Menina” em uma dimensão mais ampla, procurando compreender as consequências do chamado Novo Desenvolvimentismo em políticas, programas e projetos voltados para as meninas e adolescentes do sul do mundo, mais especificamente para as que moram nas periferias brasileiras. Durante a reflexão, teve-se a um dos principais públicos alvo dos projetos sociais realizados em parcerias com organizações não governamentais (ONGS) e fundações de direitos privados. Assim, procurou-se apreender os programas financiados por corporações internacionais que possuem como contrapartida a possibilidade de explorar e mercantilizar os recursos naturais e minerais nacionais, permitidos pelo Estado brasileiro. Pretende-se também contribuir para encontrar o vínculo necessário das políticas sociais com as múltiplas relações de poder no âmbito do neoliberalismo, possibilitando analisar com maior entendimento os processos sociais de desigualdade e culpabilização nos quais as relações de gênero ocupam um papel de destaque. Para isto, será realizada uma breve análise da emergência do neodesenvolvimentismo na América Latina e no Brasil, a fim de compreender seus efeitos nas políticas sociais.

Palavras chaves: Novo Desenvolvimentismo, Neoliberalismo, Política Social, Efeito menina, Gênero.

Introdução

As últimas décadas marcaram um período singular na história do Brasil. Advindo de um recente passado de lutas pela redemocratização do país, os anos 2000 vieram acompanhados pela ascensão inédita ao poder de um partido liderado por um operário e marcado pela sua história de luta conjunta aos movimentos sociais.

Tal acontecimento não se desenvolveu de maneira isolada, a partir do final dos anos de 1980 ao orientar-se no sentido da superação de suas ditaduras militares e de resistência ao recém chegado neoliberalismo a América Latina, como um todo, apresentava uma conjuntura para que eleições parlamentares levassem ao poder governos considerados de esquerda e centro-esquerda, como foi possível observar na Argentina, Venezuela, Bolívia, Equador e Uruguai (MOTA; AMARAL; PERUZZO, 2010).

¹¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina, Assistente social da prefeitura municipal de São José/SC.

Nessa perspectiva o Partido dos Trabalhadores (PT) se manifestou como uma alternativa real aos impasses das relações de dependência e de subdesenvolvimento vividos historicamente pelo país. Com a defesa de que as políticas de crescimento econômico associadas ao desenvolvimento do social gerariam uma maior qualidade de vida aos brasileiros, o PT passa a ser promotor do discurso do Novo desenvolvimentismo, defendido por Aloizio Mercadante² em seu trabalho de doutorado intitulado “As Bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: Análise do Governo Lula (2003-2010)” e outros intelectuais³ apoiadores do partido.

A partir de uma crítica aos programas neoliberais, que eram vistos como incapazes de resolver questões fundamentais de direitos básicos, os defensores do novo desenvolvimentismo elaboraram estratégias de desenvolvimento nacional tendo como um de seus principais pilares as políticas sociais associadas ao conceito de “oportunidade” (MOTA; AMARAL; PERUZZO, 2010).

Importante pontuar que tais políticas foram frutos de constantes lutas de diversos movimentos e sujeitos sociais, contudo, refletem igualmente as estratégias do capital sobre os processos de trabalho e políticas sociais. Assim, essas iniciativas não se constituem sempre de maneira favorável às necessidades da maioria da população, principalmente ao se considerar a configuração histórica da proteção social no contexto latino-americano (PAIVA; OURIQUES, 2006) que ganha novas configurações com a chegada do Novo desenvolvimentismo.

No que diz respeito às políticas sociais voltadas as mulheres, podemos afirmar que na América Latina quase todos os países possuem planos nacionais de equidade de gênero que incluem, por exemplo, leis direcionadas ao combate à violência contra a mulher e intrafamiliar, e programas destinados a mulheres em situação de vulnerabilidade. No entanto, o conceito gênero aplicado dentro das políticas públicas tem se mostrado mais um termo do vocabulário técnico de planejamento, fazendo constantemente parte de um conjunto de indicadores neutros do desenvolvimento, ao invés de representar um espaço minado de relações desiguais de poder (ALVAREZ, 2000).

Este desdobramento dentro das políticas direcionadas às mulheres frequentemente lida com as consequências de relações desiguais entre os sexos estabelecidas historicamente, como algo incomum, e não como produto próprio do capitalismo patriarcal. Apesar da inegável repercussão dos movimentos feministas, tanto locais como globais, na construção de políticas e discursos pró-

²Aloizio Mercadante é um economista e político brasileiro. Foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT). Atual Ministro da Educação.

³ Bresser Pereira, João Sicsú, Luiz Fernando de Paula e outros.

gênero, a incorporação do sujeito social mulher a esse universo nem sempre se inspira no feminismo (ALVAREZ, 2000). Nessa perspectiva, podemos afirmar que o Estado utiliza como estratégia as reivindicações realizadas pelos movimentos feministas para reconfigurar políticas e programas como mais um espaço de responsabilização das mulheres.

É nesse sentido que o fenômeno da feminização da pobreza⁴ passa a ganhar destaque dentro do âmbito das recomendações traçadas por Organizações Mundiais para os chamados países de terceiro mundo.

Nesta perspectiva, procuramos discutir neste trabalho as políticas e programas sociais direcionados a meninas das periferias brasileiras que são diretamente influenciados pelas diretrizes do Novo desenvolvimentismo. Pretendemos com isto contribuir para encontrar o vínculo necessário das políticas sociais com as múltiplas relações de poder no âmbito do neoliberalismo, possibilitando analisar com mais clareza os processos sociais de desigualdade e culpabilização nos quais as relações de gênero ocupam um papel de destaque.

As Políticas Sociais Brasileiras e o Novo Neodesenvolvimentismo

Apesar do movimento de eleições parlamentares que levaram ao poder governos de esquerda e centro esquerda na região andina e do cone sul, o final da década de 1980, trouxe à América Latina um cenário de crise que já se configurava no mundo desde a década de 1970. Alguns autores passaram a conceituar esse momento como o precursor das bases da contrarreforma neoliberal do Estado, que seria influenciada por ideologias que afirmavam o fim da história e da centralidade do trabalho, e apostavam no mercado como mecanismo de regulamentação (MOTA; AMARAL; PERUZZO, 2010).

Nesse contexto os capitais internacionais passam a orientar os países chamados de terceiro mundo a adotar saídas como: desenvolvimento de novas tecnologias, restrição dos direitos trabalhistas, e exercem uma forte pressão para que esses países passem a contribuir de maneira mais direta na transferência de excedente de valor

Tais iniciativas terão sua maior expressão na emergência e espraio de uma nova etapa do capitalismo – o especulativo – na qual o capital produtivo está subsumido ao capital fictício, restringindo, significativamente, a expansão do capital substantivo na sua capacidade de remuneração (MOTA; AMARAL; PERUZZO, 2010, p. 37).

⁴O termo feminização da pobreza foi mencionado pela primeira vez em um trabalho redigido pela investigadora Diana Pearce, no ano de 1978, que levava o título de “The feminization of poverty: Women, work, and welfare.” Se baseia na afirmação de que as mulheres são a maioria entre os pobres.

Apesar do começo do século XXI, na América Latina, ser marcado pela ascensão ao poder por setores progressistas com posicionamentos anti-imperialistas e de defesa ao desenvolvimento nacional, como afirma Mota (2010). É importante pontuar que no Brasil não se tratava de uma repetição do desenvolvimentismo nacional dos anos 1960 e sim de uma defesa a um desenvolvimento autossustentável do ponto de vista econômico e social, denominado: Novo Desenvolvimentismo.

Diferentemente do nacional-desenvolvimentismo, defendido pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) que orientava as economias dos países considerados subdesenvolvidos de 1940 a 1970, o novo desenvolvimentismo acredita ser a terceira via entre um “populismo democrático” e a ortodoxia neoliberal retratada por elites defensoras do neoliberalismo (CASTELO, 2010).

A proposta apresentada pelo Novo Desenvolvimentismo tem como base a diminuição e precaução de possíveis impactos das reformas realizadas nas últimas décadas. Trabalhando, assim, através de uma perspectiva de crescimento econômico com desenvolvimento social.

Como suporte para essas políticas está à concepção teórica intitulada de “liberal revisitada”, que atua a partir da ideia de cidadãos autônomos, possuidores de igualdade de oportunidade, ou o direito a possibilidade, tendo o indiano Amartya Sen como um de seus principais defensores.

Para Sem (2000) a desigualdade econômica se difere da desigualdade de capacidades (potencialidades), e é esta segunda que deve ser igualada, para que os indivíduos possuam competências individuais ao conduzirem suas vidas, suprimindo, assim, suas necessidades básicas. Esse entendimento supõe que ao possuir a capacidade de se capacitar/habilitar os sujeitos se “empoderam”⁵ e desenvolvem o exercício de sua cidadania (MAURIEL, 2010). Por meio deste raciocínio, criam-se expectativas sobre os indivíduos pobres que se descolam completamente das condições materiais reais dos mesmos.

Nessa perspectiva, a elaboração de estratégias de desenvolvimento social coloca em foco temas como justiça ecológica (discurso de sustentabilidade) e a economia do cuidado. Buscando, assim, atingir um ideal de desenvolvimento que carrega intrinsecamente, a remoção das principais fontes de privação de liberdade, como: carência de oportunidades econômicas, destituição social sistemática, interferência excessiva do Estado repressivo.

⁵ A noção de empoderamento tem sua origem relacionada a questão das mulheres e possuindo laços originários ligados à classe trabalhadora, se vinculando especificamente no Brasil uma “resignificação” do termo pelo autor Paulo Freire, ao qual é utilizado enquanto um “empoderamento de classe”. Contudo, esse termo tem sido reconceitualizado e incorporado em discursos liberais, sendo utilizado em documentos oficiais de organizações internacionais como o Banco Mundial.

Para Mota (2010), estas políticas não contribuem para a configuração de Estados e burguesias nacionais autônomas, nem mesmo para a efetivação nostálgica de políticas keynesianas. Pelo contrário, elas representam o fetiche do novo-desenvolvimentismo que acredita ser possível tornar o capitalismo dinâmico e revolucionário a ponto de que se remunere os indivíduos de acordo com suas habilidades (SICSU; PAULA; MICHEL, 2005).

Esse fetiche traz consigo a associação das economias periféricas a uma nova divisão internacional do trabalho, onde cabe a elas três funções:

Franquear seu espaço econômico a penetração das grandes empresas transnacionais; coibir as correntes migratórias que possam causar instabilidade nos países centrais; e aceitar a triste e paradoxal função de pulmão e lixo da civilização ocidental ((MOTA; AMARAL; PERUZZO, 2010, p. 53).

Da mesma maneira, o elemento central da lógica de modernização capitalista destinada a América Latina permanece, a consistente e contraditória relação de subordinação com o mercado externo (PAIVA; OURIQUES, 2006). Que tem como um de seus principais elementos o processo de reprimarização da economia por meio da exportação de produtos básicos concentradas na crescente exploração de *commodities*.

Nesse contexto, o cenário das políticas sociais evidenciam meios de enfrentamento a pobreza através de um aumento de políticas compensatórias, que se apoiam nos mínimos sociais em substituição ao direito ao trabalho.

Embora o combate a pobreza, que compreende a “questão social” em geral, seja um debate multifacetado ele costuma ser entendido ainda enquanto uma dificuldade relacionada a ruptura dos vínculos familiares e sociais que podem causar uma instabilidade no bom convívio da sociedade. Por esse viés a “questão social” pode ser enfrentada por meio de iniciativas de empreendedorismo, integração social, empoderamento dos indivíduos e solidariedade mútua, ignorando a desigualdade social enquanto um componente da lógica de acumulação capitalista (SOARES, 2011).

Os programas de transferência de renda são um exemplo. A expansão destes na América Latina e Caribe a partir do fim da década de 1980 e mais fortemente nos anos 2000 são constantemente elogiados e recomendados pelos organismos internacionais como modelo de medidas de enfrentamento de pobreza e desigualdades (BOSCHETTI, 2008). Pautados na lógica de minimização da situação já instalada e não de prevenção, são disponibilizados mediante diversas condicionalidades e possuem valores em geral abaixo do salário mínimo.

Os programas implementados, conforme Stein (2005, p.271) são: Programa de Auxílio à família (PRAF) em Honduras (1990) e o Programa de Educação, Saúde e Alimentação – Progres, no México (1997); Bono Solidario – Equador (1998), ReddeProtección Social (2000) – Nicarágua; Superémonos (2000) – Costa Rica; Família em Acción (2001) –

Colômbia; Bolsa Escola (2001) e Bolsa Família (2003 – Brasil; Jefes de Hogar (2002) – Argentina; Chile Solidário (2002) – Chile (BOSCHETTI, 2008, p. 191).

No Brasil, as mulheres são as principais beneficiadas do Programa Bolsa Família, e possuem prioridade nas ações desenvolvidas pelo o mesmo. Isso também se deve a recomendações de organizações internacionais que a partir do documento *Toward gender equality* de 1997 orienta que as políticas de combate a pobreza foquem principalmente nas mulheres pobres como meio principal de enfrentamento da feminização da pobreza.

Da mesma maneira, as mulheres e, mais especificamente, as meninas brasileiras são o principal público alvo dos projetos sociais realizados em parcerias com organizações não governamentais (ONGS) e fundações de direitos privados.

Esses programas são financiados por corporações internacionais como contrapartida a destrutividade, a exploração e a mercantilização dos recursos naturais e minerais nacionais, permitidos pelo Estado brasileiro.

“The Girl Effect”: o foco de meninas que vivem em periferias como resposta aos países considerados subdesenvolvidos.

Longe de ser uma particularidade do nosso país, esse movimento crescente de incentivo de grandes corporações a programas e projetos sociais, com enfoque nas meninas e adolescentes dos países considerados subdesenvolvidos, é chamado de “The Girl Effect” ou “O Efeito menina”.

A fundação Nike descreve “The Girl Effect” como o potencial de 250 milhões de adolescentes e crianças do sexo feminino de dar fim, através do seu próprio potencial, a sua pobreza, a pobreza de suas comunidades e do mundo.

A pesquisadora Kathryn Moeller⁶ compartilha, em seu texto “O efeito menina”: o investimento corporativo transnacional dos Estados Unidos na educação de meninas” (2015), sua experiência no Fórum Econômico Mundial no ano de 2009, onde acompanhou a realização de uma sessão plenária intitulada “O efeito menina sobre o desenvolvimento”. O evento narrado contou com a presença de vários representantes de organizações e corporações poderosas, dentre elas a própria Nike e o Banco Mundial, e tinha como objetivo promover ações direcionadas a meninas dos países chamados subdesenvolvidos.

Segundo a autora, as organizações e corporações afirmavam perceber com base em décadas de experiências, principalmente em uma perspectiva econômica e populacional, que investir na

⁶Pesquisadora e professora do Centro de Estudos de Gênero da Universidade de Wisconsin – Madison, Estados Unidos.

educação de meninas gerava uma alta taxa de retorno para o desenvolvimento, principalmente no que se tratava de soluções acerca das questões que envolvessem pobreza, super população e doenças em grande escala, como era o exemplo da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA).

A fim de compreender melhor a ampliação da influência que corporações estão obtendo no espaço educacional através da expansão da filantropia corporativa, Moeller (2015) passa a examinar um investimento corporativo transnacional realizado pela NIKE, inc., dos Estados Unidos, na educação de meninas no Brasil. A empresa possui em seu programa educacional de “empoderamento econômico” projetos executados por meio de uma Organização não Governamental (ONG) brasileira na cidade do Rio de Janeiro. Com base em seu contrato de subvenção com a Fundação Nike, a ONG se comprometia a educar meninas adolescentes de 16 a 24 anos durante o período de três anos. Neste programa intensivo o curso delas deveria englobar duas áreas: formação para se tornarem assistentes administrativas e empreendedorismo.

A autora utiliza quatro momentos etnográficos para ilustrar como esta lógica ocorria na prática

O primeiro se baseava no “Potencial de Terceiro Mundo”: apenas meninas e adolescentes de 16 a 24 anos não grávidas eram aceitas no programa, mesmo com a grande procura de outros perfis.

Por segundo existia a importância do “adiamento” da gravidez como tema central nas discussões, outros aspectos importantes como a discussão da questão de raça, sexualidade e classe eram marginalizados.

O empoderamento econômico de meninas era um terceiro aspecto, o programa oferecia uma formação profissional para as adolescentes, que ao fim, tinham suas possibilidades diminuídas ao invés de ampliadas; visto que o curso oferecia uma formação limitada direcionada apenas ao secretariado.

Por fim, a transferência do ônus do desenvolvimento para as meninas: também conhecido como “feminização da responsabilidade e da obrigação”. Esse último muito parecido com a característica responsabilização feminina existente nas políticas sociais voltadas a população mais pobres.

Válido destacar que esses programas se desenvolveram inicialmente por três motivos: primeiramente para sanar as consequências dos programas de ajuste estrutural do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional na América do Sul; em segundo lugar como fruto das reivindicações feministas liberais e por terceiro, devido aos apelos em favor do acesso de meninas e mulheres da América do sul a escolaridade e a segurança econômica (MOELLER, 2015).

Nesse sentido, estudar as políticas sociais através da concepção do novo desenvolvimentismo no faz compreender que o “efeito menina” nasce de afirmações advindas de grandes pólos de poder econômico que se interligam diretamente aos processos de globalização neoliberais, por meio de uma lógica generificada e também racializada, visto que a maioria das mulheres pobres também são negras. Procurando, assim, moldar as relações sociais e institucionais da população atendida pelos programas financiados por organizações e corporações internacionais.

Esse (neo)liberalismo racializado e generificado, segundo Moeller (20015), acredita que essas meninas possuem responsabilidade e agencia necessária para resolver os problemas estruturais da pobreza e as contradições do desenvolvimento econômico de seus países, sem levar em consideração as condições materiais das mesmas, resultantes de práticas e políticas neoliberais ao longo das ultimas décadas. Com o passar do tempo, um amplo conjunto de sujeitos individuais e institucionais, dentre eles organizações multilaterais e ONGs, instituíram como solução natural para os problemas sociais a noção de investir na educação das meninas

Nesse contexto, o termo responsabilidade social corporativa (RSC) passou a ser utilizado pelas corporações como resposta as pressões realizadas contra as péssimas condições de trabalho e os processos de globalização no final do século XX. O propósito é assegurar suas “licenças sociais para atuar” e, assim, por meio de seus resultados financeiros, as corporações passaram a desenvolver programas sociais.

Para Moeller (2015) esses “regime de políticas rápidas”, instituídas em determinadas formas de conhecimento sobre gênero são profundamente reducionistas e, logo, despolitizadores, tornando as meninas pobres e não brancas – ou, mais especificamente, a considerada “menina do Terceiro Mundo” nas principais responsáveis pelo bem-estar e futuro de suas comunidades e países, perpetuando, desta forma, papéis tradicionalmente desiguais de reprodução social.

Kathryn finaliza afirmando que, com os programas e políticas instrumentais na educação de meninas, as corporações estão ampliando seu poder e influência sobre novos corpos, instituições e geografias. Entretanto, o fazem sem prestar contas às principais interessadas: meninas, mulheres e comunidades, ignorando as contradições fundamentais em suas práticas corporativas de negócios que, em regra, são as responsáveis por criar condições de vulnerabilidade para essas sujeitas.

Considerações finais

Por todos esses aspectos verifica-se que os discursos de “liberdade de escolha” e “liberdade de oportunidades”, reproduzidos pelo novo desenvolvimentismo e base para as recentes políticas sociais focalizantes, se apóiam na ideia de que essas liberdades são intrínsecas aos indivíduos e necessitam apenas serem estimuladas.

Essa concepção, ao se descolar da realidade concreta delineada pela estrutura socioeconômica de produção, em lugar de proporcionar alternativas possíveis aos usuários das políticas, programas e projetos, oferece uma liberdade apenas legalista, formal e restrita, que atinge, principalmente, os sujeitos considerados mais vulneráveis. Nesse caso, as mulheres e meninas pobres dos países periféricos.

Assim, inserção de projetos voltados a meninas das periferias globais idealizados por corporações internacionais e administrados por ONGs nos leva a debates urgentes, como: a desresponsabilização do Estado em garantir os direitos já instituídos; o papel das ONGs e fundações privadas nas ações sociais brasileiras, a feminização das obrigações e responsabilidades; a criação de uma cidadania explicitamente diferenciada para mulheres e meninas pobres e não-brancas associadas a uma moralização da vida dessas sujeitas; e o reforço ao discurso privilegiado do “empreendedorismo” e da “autonomia individual”.

A noção de empoderamento e autonomia, por esse viés, conclui que a saída para a questão social atravessa os conhecimentos administrativos para gerir seus próprios recursos, mesmo que escassos. Ao utilizar o discurso feminista para promover políticas públicas com perspectiva de gênero, que pouco tem a ver com equidade e muito menos com os feminismos não liberais (ALVAREZ, 2000), essas políticas se tornam parte de um novo senso comum que irá ditar novamente os espaços e atribuições apropriadas para mulheres e homens, pobres e ricos, brancos e negros.

Importante destacar que, não estamos querendo negar o avanço que muitas políticas com o recorte de gênero proporcionaram a meninas e mulheres, contudo, a influência do novo desenvolvimentismo nas políticas sociais, como um todo, é um debate necessário e afeta diretamente os impasses, desafios e perspectivas para futuro das políticas sociais e para a ação feminista.

Referências

ALVAREZ, S.E. Em que ESTADO está o feminismo latino-americano? Uma leitura crítica das políticas públicas com „perspectiva de gênero. In: FARIA, Nalu (org.); SILVEIRA, M. L. (org.); NOBRE, Miriam (org.). *Gênero nas Políticas Públicas*, São Paulo: Sof, 2000.

BEHRINGER; Elaine et al (orgs) *Política Social no Capitalismo – Tendências Contemporâneas* , São Paulo : Editora Cortez, 2008, p.174-195.

BOSCHETTI, Ivanete. A Seguridade Social na América Latina. In. BOSCHETTI, Ivanete; Behringer; Elaine et alii (orgs) *Política Social no Capitalismo – Tendências Contemporâneas* , São Paulo : Editora Cortez, 2008, p.174-195.

CASTELO, R. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. In: *Encruzilhadas da América latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010, p. 191-211.

MAURIEL, A.P.O. Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira. In: *Katálysis*, v.13, n.2, p.173-180, Florianópolis: UFSC, jul./dez.2010.

MOELLER, Kathryn. “O efeito menina”: o investimento corporativo transnacional dos Estados Unidos na educação de meninas. In: PERONI, Vera Maria Vidal (Org.). *Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação*. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 175-197

MOTA, Ana Elizabeth; AMARAL, Ângela Santana; PERUZZO, Juliana Feix. O Novo Desenvolvimentismo e as Políticas Sociais na América Latina. In: MOTA, Ana Elizabeth (Org.). *As Ideologias da Contrarreforma e o Serviço Social*. Recife: Universitária Ufpe, 2010. p. 35-67.

PAIVA, Beatriz Augusto; OURIQUES, Nildo Domingos. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte. In: *Katálysis*, v. 9N.2 jul/dez.2006. Florianópolis, p.166-175.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SICSÚ, J.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. (Org.). *Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

SOARES, Suamy R. A feminização da pobreza e as políticas sociais focalizadas nas Mulheres: um debate a ser repensado In: *JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, 5., 2011, São Luiz. Disponível em: . Acesso em: 08 abr. 2016.

“The Girl Effect”: the new progress and their implications in the life of brazilian marginal girls.

Abstract: This article seeks to discuss the “The Girl Effect” phenomenon in a wider scale, looking for understand the consequences of the so-called New Developmentalism in policies, programs and projects for girls and teenagers from the South Hemisphere, specifically for those who live in the

Brazilian peripheries. In the course of the reflection, the main target groups of social projects carried out in partnerships with non-governmental organizations (NGOs) and foundations of private rights were the limits. Thus, we tried to apprehend the programs financed by international corporations that have in consideration the possibility to exploit and commercialize the national natural and mineral resources, allowed by the Brazilian state. It is also intended to contribute to find the necessary link between social policies and the multiple power relations in the scope of neoliberalism, making it possible to analyze with greater understanding the social processes of inequality and blaming in which gender relations play a prominent role. For that, we will make a brief analysis of the emergency of neo-development in Latin America and Brazil, in order to understand its effects on social policies.

Keywords: New Developmentalism, neoliberalism, Social Policy, “The Girl Effect”, gender.